

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 78.795 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. NUNES MARQUES**
AGTE.(S) : **IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**
ADV.(A/S) : **BRUNA APARIZ DE CESARE**
AGDO.(A/S) : **-----**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**
INTDO.(A/S) : **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

VOTO – VOGAL

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão proferida pelo Min. Relator, que negou seguimento a reclamação.

O Relator encaminha voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Peço vênia para divergir.

Cumprе registrar que esta Suprema Corte, nos autos do ARE-RG 1.532.603, de minha relatoria (**Tema 1.389**), reconheceu a repercussão geral das seguintes questões: 1) competência da Justiça do Trabalho para julgar as causas em que se discute a fraude no contrato civil de prestação de serviços; 2) licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, à luz do entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADPF 324, que reconheceu a validade constitucional de diferentes formas de divisão do trabalho e a liberdade de organização produtiva dos cidadãos; e 3) ônus da prova relacionado à alegação de fraude na contratação civil, averiguando se essa responsabilidade recai sobre o autor da reclamação trabalhista ou sobre a empresa contratante.

Na sequência, determinei a suspensão nacional da tramitação de todos os processos que tratem das questões mencionadas no Tema 1.389 da repercussão geral, até julgamento definitivo do recurso extraordinário, com fundamento no art. 1.035, § 5º, do CPC.

A medida se deu para impedir a multiplicação de decisões divergentes sobre a matéria, privilegiando o princípio da segurança **RCL 78795 AGR / SP**

jurídica.

No caso dos autos, verifica-se que a controvérsia se refere à existência de fraude na contratação civil, visando ao consequente reconhecimento de vínculo empregatício, matéria abrangida pelo Tema 1.389.

Nesses termos, o processo de origem deve ficar suspenso até julgamento final do ARE-RG 1.532.603 (Tema 1.389).

Ante o exposto, dou parcial provimento ao agravo regimental para, julgando parcialmente procedente a reclamação, **determinar a suspensão da reclamação trabalhista originária, até julgamento do mérito do Tema 1.389 da repercussão geral.**

É como voto.